

O “Regresso” ao Estudo do Capitalismo: Cinco Intuições

JOSÉ REIS*

É claro que o capitalismo tem sido, desde há muito, matéria de estudo. E continua a sê-lo, ininterruptamente. Falar de regresso é, pois, um exagero retórico. Um exagero justificado por um avivamento real dos estudos recentes¹ que tomam como objeto as circunstâncias para as quais a noção de capitalismo nos conduz. Quero com isto referir-se à compreensão das relações sociais fundamentais que estruturam as sociedades contemporâneas (propriedade, acumulação, trabalho), às continuidades persistentes que aconselham a usar hoje um termo “antigo” e, sobretudo, às evoluções mais marcantes que ocorrem dentro desse quadro. E estas duas condições vêm juntas: persistência e evolução. Como é que elas se conjugam? Predominam as continuidades e, ontologicamente, falamos sem perturbações da mesma realidade? Ou as evoluções tornaram-se essenciais e perturbam essa continuidade?

Neste texto propõe-se uma discussão sobre o capitalismo que assenta em cinco intuições principais (retomadas de Reis, 2022). Com a primeira sugere-se que é a dimensão histórica do capitalismo que faz dele matéria de estudo permanente: não há no capitalismo um essencialismo ontológico, seja de natureza individual, resultante do interesse próprio de cada um,

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais.

¹ A lista seria longa. Para lá de outras referências que se encontrarão mais adiante, neste texto, indico aqui apenas uma dúzia de exemplos dos últimos cinco anos que partem assumem a noção e a desenvolvem: Block (2018), Aglietta (2019), Pistor (2019), Boldizzoni (2020), Boyer (2020), Piketty (2020), Streeck (2020), Jessop (2021), Milanovic (2022), Krahé (2022), Rodrigues (2022), Wolf (2023).

José Reis

seja relacionado com a organização da vida coletiva, que nos encaminhe de forma natural para a concorrência, a troca e o lucro; pelo contrário, tudo no capitalismo foi construído, formando-se ao longo do tempo, com múltiplas “ajudas”. A seguinte relembra o que há nele de precário, imperfeito e, portanto, permanentemente frágil: há uma constante necessidade de correção e de ajustamento do que é incerto. É por isso, terceira intuição, que o capitalismo carece de instituições, que primeiro o viabilizaram e depois o foram redefinindo, oferecendo-lhe uma “armadura” que o mercado e a ação individual não lhe garantem. Essa é apenas uma das razões para, em quarto lugar, não ser possível falar de capitalismo sem nos confrontarmos com a sua complexidade, seja qual for o tempo histórico em que nos situemos. A última intuição é a de que o estudo do capitalismo, ao procurar compreender as ordens e desordens em que se tem envolvido, não pode deixar de discutir as suas crises e o seu fim, quer este aconteça quer não.

1. O capitalismo é uma contingência histórica

A ideia de que o capitalismo é uma ordem natural, uma inevitabilidade histórica, assente na incontornável evolução das sociedades à medida que são tocadas pelo progresso é, provavelmente, uma ideia errada. A intuição inversa, segundo a qual a discussão e o estudo do capitalismo devem partir da hipótese de que ele constitui uma contingência histórica é, porventura, mais razoável.

Contra a ideia de que há uma ordem natural das coisas que o criou e impôs, de que ele resulta de circunstâncias individuais que tenderiam sempre a prevalecer ou ainda de que aquilo que hoje conhecemos resulta de uma evolução gradual e espontânea – contra tudo isto, parece muito mais rica a compreensão da sua originalidade e das condições pelas quais ela surgiu e se formou.

Há razões para uma referência a Bernard Maris, um economista culto, que dedicou a sua vida a uma presença intensa na “praça pública”, uma presença da qual foi vítima.² Numa interpretação obviamente polanyiana,

² Bernard Maris foi uma das vítimas do ataque ao *Charlie Hebdo*, a 7 de janeiro de 2015, onde escrevia regularmente com o pseudónimo de *Oncle Bernard*.

ele mostrou de forma muito singela que há, de facto, uma “originalidade intrínseca” no capitalismo (Maris, 2019). É largo o conjunto de elementos que associamos ao capitalismo e que dele fazem, realmente, parte: o trabalho, a raridade, a propriedade, a hierarquia (e a divisão do trabalho), a poupança e a acumulação, o excedente (a formação de capital com produção “cristalizada”), o comércio, incluindo o de grandes dimensões (o mercado internacional), o conceito de seguro (correlativo da noção de empréstimo a juro e de mercado derivado), a comenda e a sociedade em comandita, a contabilidade, a moeda escritural, a técnica, a predação da natureza, a especulação... Tudo isto existiu desde “sempre”, mas não bastou para que houvesse capitalismo. O todo é mais do que a soma das partes e, portanto, o capitalismo “começou por não existir”, dir-se-á coloquialmente.

Há, de facto, quatro grandes questões que se formaram historicamente, em momentos precisos, que o originam e que não existiam nas sociedades e nas economias pré-capitalistas. A relação do homem com *trabalho*, a relação do homem com a *técnica*, a relação do homem com o *tempo*, a relação do homem com a *natureza*. Estas relações comportam quatro elementos: *trabalho*, *máquina*, *crédito* e *tempo*.

O primeiro passo original dá-se quando o *trabalho*, que sempre existiu, se torna “livre”, isto é, desapossado das circunstâncias e das relações contextuais e orgânicas da própria vida, da qual era apenas parte e prolongamento, e quando é deslocado para algo exterior, para o “mercado do trabalho”, para uma relação de compra e venda sob a forma de salariedade. Não é preciso lembrar como esse passo foi construído pelo poder, por leis e por alteração mais ou menos violentas de relações antes prevalecentes. O trabalho passou a ser o centro do valor, ficou separado da própria vida e tornou-se uma mercadoria. A fábrica, o patrão, eventualmente a cidade, representa a exterioridade com que se confronta e que o forma.

Por isso, em segundo lugar, a *máquina*, a tecnociência, a explosão do progresso técnico, a submissão da ciência à técnica e a razão aplicada tornam-se centrais e inerentes à formação e ao desenvolvimento do capitalismo. É uma questão de racionalização, de velocidade e é, sobretudo, ganho de tempo, deixando pensar em perenidade.

José Reis

O *tempo linear*, terceira grande questão, impõe-se ao tempo cíclico, o da natureza, das estações do ano ou do exercício e realização da própria vida. Esse tempo linear, não recorrente nem recursivo, é ilimitado, define-se pelo infinito, assenta no excedente e na acumulação, cristaliza-se em capital. Já não é de reprodução que se trata, nem de reiniciar um novo ciclo com as estações do ano – trata-se de produção contínua, expansão e poder.

Enfim, o *crédito* que é a forma de geração de infinito, de libertação da vida “regular” e de construção da vida “secular”, com os tempos que lhe são próprios. Ao libertar-se do presente, das condições, dos meios e dos recursos do momento, o capitalismo cria a sua expansão infinita, torna possível o que hoje não poderia acontecer, limitado pelas circunstâncias.

Estamos, pois, perante quatro relações e quatro elementos e é quando tudo isto se conjuga que podemos falar de capitalismo enquanto categoria dominante, podendo nós classificá-lo como um regime político-institucional. Surge, pois, historicamente e funda-se numa evolução concreta. A *evolução* que é inerente ao capitalismo comporta seleção, difusão de regras e rotinas, complementaridades e interdependências, no sentido de uma complexidade crescente (Hodgson, 2015: 315-331). O capitalismo é, além disso, uma ordem social mantida pela promessa de um progresso coletivo ilimitado. A sua contingência histórica significa que ele é um “regime político-institucional”. A utopia do individualismo, da iniciativa guiada pelo autointeresse e da autossuficiência dos mecanismos liberais nunca se realizou.

Concluindo com quem estabeleceu a ideia fundadora de tudo o que precede, Karl Polanyi ([1944] 2012): o elemento fulcral da novidade do capitalismo e da intervenção externa que o viabiliza é a criação institucional, através da lei, de três “mercadorias fictícias” – trabalho, natureza e moeda; a conversão em mercadoria daquilo que originariamente o não era.

2. O “capitalismo não existe sozinho”, tem “defeitos flagrantes” e precisa de quem nele intervenha: depende de circunstâncias contextuais

A ideia de que, tendo-se tornado poderoso, o capitalismo gere a suas próprias dinâmicas e desenvolve o seu domínio de forma autossuficiente é, provavelmente, uma ideia errada. A intuição inversa, segundo a qual o

capitalismo sofre de uma “fraqueza congénita”, tem “defeitos flagrantes” e carece de correções, dependendo de quem intervenha e de quem, ao seu lado, supere as suas debilidades é, porventura, mais razoável.

Começamos agora por Keynes, que foi quem disse que o capitalismo tem vários “defeitos flagrantes”: a “incapacidade para proporcionar pleno emprego”, a “arbitrária e não equitativa repartição da riqueza e dos rendimentos” e desigualdades “tão grandes como as existentes na atualidade” (Keynes, [1936] (2010): 355-6). A grande empresa que este nome maior assumiu quando procurou formular uma “teoria geral”, nasceu exatamente deste dado muito concreto. Não era o elogio nem o confronto radical que o motivavam. Ele nem sequer vivia preocupado com a turbulência do capitalismo ou a sua instabilidade. Pelo contrário, até achava que “uma das características marcantes” da economia em que vivia era “não ser violentamente instável”. O que preocupava Keynes era, na verdade, a mediania do capitalismo, o facto de, por si, ficar aquém do que pressupunha, por exemplo, a “teoria clássica”, com quem dialogou ao escrever a *Teoria Geral*. O pleno emprego, hipótese com que aquela escola trabalhava, ou algo lá próximo, é “uma situação rara e efémera” (*idem, ibidem*: 245) e o passo para um aumento do emprego, quando isso ocorre, não é um passo simples. E depende do que outros fizerem, não do capitalismo em si mesmo.

Por isso, nas palavras do próprio, a sua visão tem apenas “implicações moderadamente conservadoras”. Não ia para lá de apontar “a importância vital de se estabelecerem certos controlos sobre atividades que hoje são confiadas essencialmente à iniciativa privada”. É aqui, já se sabe, que ele encontra o Estado, que “deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através do sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juro e, em parte, eventualmente por outros meios”. E, sobretudo, deve garantir “uma socialização abrangente do investimento [que] será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego”. “Se o Estado estiver em condições de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses instrumentos [de produção] e a taxa básica de remuneração dos seus detentores, terá realizado tudo o que é necessário”. “Para lá disso, não se vê argumento que justifique um socialismo de Estado que abranja maior

José Reis

parte da vida económica da comunidade”. “Assim sendo, à parte a necessidade de controlos centrais para produzir um ajuste entre a propensão a consumir e o incentivo a investir, não há mais razão do que antes [o mundo da “teoria clássica] para socializar a vida económica” (*idem, ibidem*: 359 e 360).

Aqui chegados, pode apenas registar-se, de novo, o problema inicial de Keynes, que é simples: “a população raramente encontra todo o emprego que desejaria ao salário corrente” (*idem, ibidem*: 37). Por isso, a “substância da Teoria Geral do Emprego” é a “procura efetiva” e ela deriva do facto de um aumento do emprego gerar um rendimento real agregado e um aumento do consumo. Mas este último aumento é menor que o do rendimento. É esta a incapacidade congénita do capitalismo. Portanto, “os empregadores teriam prejuízos se a totalidade do emprego acrescido fosse consagrada a satisfazer a procura acrescida do consumo imediato”. Isto é, a procura, sendo menor que a oferta resultante do aumento do emprego, levaria a produção não escoada e/ou à queda dos preços e, portanto, dos lucros. E é também aqui que entra a questão crucial do investimento: “para justificar um dado volume de emprego terá de haver um volume de investimento corrente suficiente para absorver o excesso de produção” (*idem, ibidem*: 53). O investimento é o ponto nodal e é aqui, para que ele atinja o nível necessário, que é preciso o Estado. E aí encontramos a socialização já referida. Sem ela, o capitalismo soçobra.

Tudo isto, tudo o que Keynes formulou de maneira original, é muito ou pouco? É sempre muito, sem que seja necessário discutir-se se foi ou não um socialista liberal como, por exemplo, Crotty (2019) defende. Keynes nem sequer foi um teorizador do Estado, muito menos do socialismo. Apesar da eutanásia do *rentier* e do “Keynes do capítulo 12”³, já se sabe que a “nossa ignorância do futuro” não o levou para muito mais longe do

³ Há os “keynesianos”, os “pós-keynesianos”, os “neokeynesianos”, os “novos keynesianos” e também os “keynesianos do capítulo 12”, isto é, os que são particularmente tocados pelas considerações que, nesta parte da *Teoria Geral*, Keynes faz acerca do longo prazo, das expectativas, da confiança, das convenções que se vão formando, da especulação, da nossa ignorância sobre o futuro, isto é, de noções complexas que enquadram os mais singelos conceitos de base, por exemplo, os que presentes no título do grande livro: emprego, juro e moeda.

que a formulação das suas notáveis intuições sobre expectativas, confiança, antecipações, crenças, tudo que dá valor ao conceito essencial de convenção. O que conta em Keynes é a sua radical originalidade. E é essa que nos obriga a um permanente regresso ao estudo, ao estudo do capitalismo.

Começamos este ponto com Keynes e acabamos com Karl Polanyi. Foi ele quem mostrou que “a fraqueza congénita da sociedade do século XIX resultava do facto de ela ser, não uma sociedade industrial, mas uma sociedade de mercado. A civilização industrial continuará a existir quando a experiência utópica de um mercado autorregulado já não for mais do que uma recordação do passado”, escreveu Polanyi (2012: 461). Aquela “debilidade congénita” do capitalismo impedia-o de funcionar por si, apenas com as instituições criadas para proporcionar a sociedade de mercado. De facto, o passo dado com as grandes reformas legislativas inglesas (*idem, ibidem*: 225) no sentido do funcionamento de um mercado revelou-se rapidamente uma distopia trágica. “A civilização do século XIX desmoronou-se”. Esse intervencionismo não bastou. Foi preciso o que “teria lugar nos anos 30”, depois de uma crise grave, que logrou a formação da “sociedade industrial” ou mesmo da “civilização industrial”, com as suas condições e os seus limites. Uma das razões porque é preciso regressar sempre ao estudo do capitalismo é, realmente, esta: há, em cada momento, um largo conjunto de circunstâncias que protegem o capitalismo e sem as quais não compreendemos porque é que ele é “tão longo e persistente” (Reis, 2022).

3. O capitalismo assenta em construções institucionais (“as instituições contam”)

A ideia de que ao capitalismo bastam as relações de troca (o mercado), as tecnologias e a liberdade individual de iniciativa e decisão, assim se formando e desenvolvendo a economia é, provavelmente, uma ideia errada. A intuição inversa, segundo a qual o capitalismo só se formou e desenvolveu porque foram sendo construídas instituições que o viabilizaram e lhe garantiram um enquadramento é, porventura, mais razoável.

Para falarmos adequadamente de instituições temos de começar por nos referir a Thorstein Veblen (1857-1929) e John Commons (1862-1945).

José Reis

Estes são os pais fundadores do institucionalismo, do “velho institucionalismo”, isto é, de uma visão culta da Economia em que há lugar para compreendermos como se forma a ação coletiva, se estabelecem princípios de organização, se produzem hábitos de pensamento, se consolidam culturas, se formam poderes e tomam decisões políticas, num quadro em que há comunidades, classes e indivíduos.

Venhamos da teoria, venhamos dos processos concretos da vida material, as instituições e uma visão institucionalista da economia representam uma intuição relevante para o “regresso” ao estudo dos capitalismo, nas suas formas contemporâneas ou nas históricas. O que Veblen e Commons mostraram à sua maneira é que a economia faz parte do “processo da vida” que é contextual e assenta em interações e que dessa forma se produzem consolidações a que chamamos instituições. As instituições resultam de deliberações coletivas e de processos sociais e políticos que governam a ação humana (“as instituições contam”). Compreender a construção institucional é, portanto, uma peça essencial do estudo do capitalismo.

Fixando conceitos, encontramos a definição cultural e processualista de Veblen: instituições são “hábitos de pensamento estabelecidos e comuns à generalidade das pessoas”; são “princípios de ação que subjazem ao esquema negocial da vida económica corrente e, como tal, ambientes práticos de conduta que não são postos em questão sem se questionar a lei e a ordem; por isso, as pessoas organizam a sua vida através desses princípios e, em termos práticos, aceitam a sua estabilidade e finalidade”. Foi tudo isto que o levou a demonstrar *Por que é que a Economia não é uma ciência evolucionista*, o seu conhecido texto de 1898, afastando-se assim da “metafísica da normalidade”, de um “sistema (...) formulado nos termos do próprio sistema”, da lógica abstrata e dedutiva que conduziu uma ciência assente em ideias gerais, no pressuposto de que há uma base natural e normal para as relações económicas, um conjunto de leis que tende para o equilíbrio e se impõe a indivíduos hedonistas e isolados. De facto, o material ativo sobre o qual o processo económico ocorre é “o material humano da comunidade ativa”, “o processo da vida económica”, e isso conduz a um “processo de mudança cumulativa”, a uma “sequência cultural” que as instituições consagram. Há, pois, que encontrar uma “diferente

conceção da natureza humana” que a coloque em relação com “uma estrutura coerente de propensões e hábitos que procura realização e expressão no desenrolar da atividade” (Veblen, 1898).

John Commons partilha com Veblen a crítica à visão “fixista” da economia e afirma que “uma ciência do comportamento económico requer análise das similaridades de causa, efeito e objetivo e uma síntese num sistema unificado de princípios”, algo mais do que a ideia simplista de *laissez faire*. Por isso, “podemos definir instituições como a ação coletiva que controla, liberta e expande a ação individual”. A ação coletiva abrange todos os modos, desde os costumes informais até às várias formas organizadas como a família, a empresa, a associação patronal, o sindicato, o sistema monetário ou o Estado” (Commons, 1931: 648-649). Não por acaso, Commons foi um académico que participou ativamente na vida coletiva do seu tempo, nas relações com sindicatos e associações patronais, no estabelecimento de quadros jurídicos e organizacionais para as relações laborais, dando muito atenção à formação das organizações. Foi este último aspeto, aliás, que o tornou uma referência (ele, e não o heterodoxo Veblen, um rebelde permanente) para o novo institucionalismo posterior, nosso contemporâneo, que, contudo, haveria de se revelar bastante mais pobre do que o pensamento originário.

No entanto, embora muito diferente deste “velho institucionalismo”, o “novo institucionalismo”, que ganhou o reconhecimento do “Prémio Nobel”, deve ser positivamente encarado como uma tentativa “sub-paradigmática” de ir além das limitações neoclássicas. Ronald Coase, (1992: 8) uma figura maior, referiu-se à empresa como “essa pequena sociedade planeada”. Deixou claro que no capitalismo os “custos de transação” são positivos (o mercado não funciona por si, é preciso informação, conhecimento, negociação) o que implica contatos e formas de organização que os minimizem. E isso são instituições e construções institucionais. Com Douglass North (1991, 2005) estabeleceu-se um conceito canónico de instituições e mostrou-se que a relação entre crescimento e instituições é forte, só assim se compreendendo bem “o processo de mudança económica”. Com Oliver Williamson (1985), ficou dito no mundo convencional da economia que a governação não é só mercados, é também contratos, hierarquias, sendo a empresa uma entidade

José Reis

que define a suas próprias fronteiras e se organiza dentro delas para se proteger. E com Elinor Ostrom (1990) aquele mesmo mundo teve de aceitar a ideia de que o mercado está longe de ser capaz de fazer tudo, havendo, por exemplo formas superiores de gestão dos “comuns”, isto é, dos bens coletivos, naturais ou de outro tipo, que uma governação “policêntrica” organiza muito melhor, fazendo-o na base da ação coletiva.

É difícil, pois, encarar o capitalismo sem reconhecermos as múltiplas dimensões institucionais que o enquadram. Seja porque compreendemos, através da noção mais processualista e culturalista, as razões pelas quais se estabelecem nexos fundamentais entre economia, ação e comportamentos. Seja porque a dimensão organizacional do capitalismo (aquela que, na economia, está para lá do mercado e não é apenas a transacional) revela a presença de planeamento, negociações, contratos, reserva de direitos de propriedade e formas de proteção de “ativos específicos”, face à ação de *free riders*. Seja ainda (à Polanyi, de novo) porque, para compreendermos a história, precisamos de uma visão assente na consagração de formas de poder, nos processos instituído pelo qual um conjunto de arranjos institucionais retira a atividade económica de um isolamento que a impossibilitaria, o que significa órgãos e instrumentos, isto é, ação política e legal intervencionista, mesmo coerciva, que altera a sociedade e se realiza através do “papel dos governos na vida económica”. Como defendi, numa perspetiva institucionalista, é assumindo que a economia é, realmente, impura” (Reis, 2009) que compreendemos melhor a economia.

4. O capitalismo é intrinsecamente complexo (“modos de ação instrumental e não instrumentais”)

A ideia de que o capitalismo se constitui através de uma mecânica simples, baseada nos interesses e nos impulsos de cada um e assegurada pela coordenação através do sistema de preços e do mercado é, provavelmente, uma ideia errada. A intuição inversa, resultante da observação do conjunto muito diferenciado de circunstâncias e motivações que acompanha a evolução do capitalismo e sugere a sua complexidade, é, porventura, mais razoável.

Para lá do que já está dito acima, falemos ainda de Albert Hirschman, um economista essencial, transgressivo, com uma grande “propensão para a autosubversão”⁴, isto é, para discutir e reverter conceitos, para assumir a complexidade das coisas em vez das certezas convencionais. Em dois textos muito importantes, Hirschman formula três argumentos que vale a pena discutir: 1) a “sociedade de mercado”, isto é, o capitalismo, tem sido sempre objeto de discussão e de “interpretações rivais” e isso resulta de ele poder ser encarado, na sua essência, tanto como “civilizador”, quanto como “destrutivo” ou simplesmente como “fraco”; 2) na vida humana há dois tipos de ação que não se anulam e que, pelo contrário, se complementam e que é preciso considerar em conjunto: a ação instrumental e a ação instrumental; 3) por isso, a Economia, enquanto disciplina, é excessivamente “parcimoniosa”, pois ignora a “incrível complexidade da natureza humana”; convém, por isso, encarar as coisas de que trata de uma forma mais “complicada”.⁵

No primeiro texto (Hirschman, 1982), a que corresponde o primeiro argumento, revista-se o pensamento filosófico do século XVIII (Montesquieu, Condorcet, William Robertson e Thomas Paine ou ainda David Hume e Adam Smith) e as teses do “comércio doce” – segundo a qual, ao desenvolver-se, o comércio civiliza as sociedades e os indivíduos porque, sendo um sistema “pacífico”, introduziu os modos polidos, a cordialidade, a honestidade, a pontualidade, a ordem e a disciplina. E desse modo, limita a arbitrariedade, a rudeza, a barbaridade e os poderes excessivos que o precedem. As consequências não intencionais do trato individual moldaram assim a sociedade. Com a devida ponta de ironia, Hirschman falou de uma “visão corajosa” que, aliás, parece ter ficado encerrada no século em que foi formulada.

A “visão rival” reequilibra o debate: o capitalismo destrói e é autodestrutivo. São várias, como se sabe, as perspectivas em que a crítica e a desconfiança estão presentes. Isso começou logo com o romantismo conservador dos séculos XVIII e XIX, em Inglaterra, com que se pretendia contrabalançar

⁴ É este o título de um livro seu (Hirschman, 1995).

⁵ Hirschman parte da asserção de Amartya Sen de que a teoria económica tradicional tem “uma estrutura demasiado pequena”.

José Reis

o espírito comercial que desfazia sentimentos antigos. E esteve na base da tradição marxista, que identifica no próprio capitalismo as sementes da pulsão autodestrutiva (a concentração do capital levaria à queda da taxa de lucro; as crises de sobreprodução seriam recorrentes; a nova classe formada pelo salariado e pela proletarização seria uma classe revolucionária, de oposição e combate). Não se trataria apenas de corroer, erodir, a sociedade tradicional, mas também de desestabilizar as forças e os valores morais “essenciais para o seu próprio sucesso e sobrevivência”. O mito do progresso foi, assim, substituído pelo aviso da autodestruição e pela possibilidade do desastre e a ideia de que era com frugalidade que se poderia manter a acumulação quis impor-se à propensão para a riqueza imediata e a *dolce vita*, que poriam aquela finalidade em causa.

Quer isto dizer que vem de há muito a noção elementar de que os desequilíbrios na apropriação da riqueza têm efeitos colaterais negativos. A noção weberiana de que a ética protestante é uma ética repressiva necessária e de que o seu enfraquecimento condiciona a afirmação do capitalismo aponta para o modo com um regime político e institucional corre sempre riscos de deslaçamento, coisa de que também Schumpeter se aproximou quando lembrou que o efeito exercido sobre outras instituições gera “a critical frame of mind” e uma hostilidade crescente (Schumpeter [1943] 1987:143).

De outra dimensão é a discussão proposta pela teoria crítica da Escola de Frankfurt que mostra como o utilitarismo e a “posição de comando” do autointeresse leva a um “eclipse da razão”, passando esta a ser um mero instrumento para decidir acerca dos *meios*, não discutindo os *fins* e procurando atingi-los arbitrariamente. As ideias e os valores são, assim, minados pela razão formal. Antes da economia política contemporânea, que tem na financeirização e no neoliberalismo ampla matéria, Fred Hirsch, com o seu livro *Social Limits to Growth* (1976) culminou toda a longa tradição de análise da moral erosiva do capitalismo e das suas consequências, questão para que também contribuíram, nas décadas de 1970 e 1980, o Clube de Roma ou o Relatório Brundtland.⁶

6 O Clube de Roma produziu o relatório *Os Limites do Crescimento* (1972) e o Relatório Brundtland, assim designado por ter sido coordenado para a Comissão Mundial sobre o

No segundo texto (Hirschman, 1984), usa-se a linguagem dos economistas, falando de “preferências”. Ou melhor, de preferências e de metapreferências. As preferências correspondem aos interesses e gostos de cada um e “revelam-se” através das transações em que intervêm. As segundas, referem-se a opções que estão para lá dos interesses individuais imediatos e podem corresponder a modificações das preferências. Ligam-se a um entendimento do que é importante para a sociedade e não diretamente para o indivíduo. Podendo corresponder ou não a um processo reflexivo e elaborado, manifestam *valores* e são fundamentais para compreendermos os processos de mudança. As preferências espelham-se em atividade instrumentais, enquanto as metapreferências se representam em atividade não instrumentais. Das primeiras obtêm-se vantagens diretas e materiais, das segundas, que correspondem a “empenhos”, alcançam-se “recompensas”: “a ação não instrumental em geral faz-nos sentir mais parecidos com uma ‘pessoa real’; tal ação pode então ser considerada, em termos económicos, como um investimento na identidade individual e de grupo”. É por isso que, a propósito da ação coletiva, Hirschman tira uma conclusão oposta à dos individualistas que frequentemente formularam o argumento do *free ride*: quando o objetivo é um bem público disponível para todos, “um indivíduo verdadeiramente maximizador vai tentar ser tão ativista quanto possa” (*idem, ibidem*: 92).

Só aparentemente o discurso de Hirschman é apenas sobre a condição humana ou valores morais. É daí que parte, sem dúvida, quando observa “a incrível complexidade da natureza humana”, o “dom da comunicação verbal e não verbal e da persuasão que capacita e influencia os processos” e, sobretudo, a “característica fundamental dos humanos”, que é serem seres “*self-evaluating*”, sujeitos a tensões, permanentemente confrontados com “o facto de vivermos em sociedade”. Trata-se afinal da “tensão entre o ‘eu’ e os ‘outros’, entre autointeresse, por um lado, e moralidade pública, serviço à comunidade ou mesmo autossacrifício”, por outro. Ou não tivesse já Adam Smith falado de “interesse” e de “benevolência”.

Meio Ambiente por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, intitulou-se *O Nosso Futuro Comum* (1987).

José Reis

Mas, sendo tudo isto certo, é justificado dizer-se que é para compreender a sociedade, as economias e as suas evoluções que Hirschman argumenta. Isso é claro quando fala da construção das políticas públicas ou dos ciclos económicos em que há avanços na organização coletiva e nos fatores que concorrem para a produtividade. Algo para que Alfred Marshall, citado indiretamente, já tinha apontado quando observou que o progresso “depende principalmente de se saber até que ponto possamos utilizar, para o aumento do bem social, as forças mais fortes da natureza humana e não apenas as mais altas”. É, afinal, a sua convicção de que a ordem social pode ser “*perfectible*” e de que há uma “engenharia” que a pode mudar.

Não é difícil ver nestes debates o essencial de muitos dos debates contemporâneos: a aproximação individualista e a justiça feita ao mérito e à opção racional vs. a financeirização, a concentração do capital, as desigualdades, a deslocação da esfera produtiva para a especulativa. Do mesmo modo que ressoa aqui o que se tem passado na história longa e diversa dos capitalismos: a *débauche* da utopia da sociedade de mercado, quando se confiava no autointeresse como chave para organizar a sociedade; a crise dos anos 30, quando a falta de interligações na economia a fez desabar com estrondo; o *new deal*, quando foi necessário tecer as bases essenciais para que algo funcionasse; os capitalismos desenvolvidos do pós-guerra, em que a ação coletiva e o benefício público se ligaram aos percursos individuais e de classe; o esgotamento dos anos 70, quando se tornou saliente a incapacidade de estabelecer novas vias de progresso; a redefinição financeira dos anos 90, quando se criaram os desequilíbrios fundamentais que foram gerando crises sucessivas, enfim, a atualidade recente, em que a proximidade com a anomia, as desigualdades e os poderes assimétricos são tão perturbadores.

5. O capitalismo foi capaz de formar ordens relacionais redistributivas, mas hoje prevalecem as desordens: estamos perante o “fim do capitalismo”?

A ideia de que o capitalismo tem poder suficiente para se reproduzir e se manter indefinidamente como forma dominante de organização da sociedade é, provavelmente, uma ideia errada. A intuição inversa, segundo

a qual o capitalismo deixou de estar assente em ordens sociais que transcendiam o que lhe inerente e lhe davam estabilidade, podendo, por causa disso, colocar-se a hipótese do fim do capitalismo, é, porventura, mais razoável.

Por razões necessariamente complexas (entre o medo das alternativas e o simples sentido de oportunidade), em certos momentos da história e em alguns lugares do mundo, o capitalismo foi, de facto, parte da criação de ordens relacionais (Reis, 2014) em que as lógicas redistributivas tiveram um lugar central, num quadro de intensas negociações em que intervieram os sindicatos e o poder dos trabalhadores, o Estado e as associações representativas do patronato. A evolução dos salários diretos, repartindo os ganhos de produtividade de uma industrialização em pleno desenvolvimento, foi o mecanismo pelo qual se articulou o modelo produtivo e o modelo de consumo nos países avançados. A convecção salarial “fordista”, de Henry Ford, foi um marco inicial de uma nova atitude.⁷ Tratou-se então do salariedade como mais do que uma mera forma de recrutamento da força de trabalho. A relação salarial passou também a constituir um mecanismo de inclusão social. E chegaria o momento em que à negociação do salário direto se juntaria a do salário indireto. Numa fase inicial de configuração de um capitalismo atento aos processos de inclusão, isso ainda residiu na própria esfera empresarial e na vontade do capitalista: a habitação nos bairros operários junto às fábricas, as creches, as dádivas sob a forma de dons, a criação de processo simbólicos de pertença comum. Mas o paternalismo e a discricionariedade, então como hoje, não são sustentáveis nem generalizáveis. É aí que intervêm o Estado e a ação pública, sob formas diversas.

A introdução dos princípios coletivos de negociação e de organização das relações laborais e a consagração de normas não apenas salariais e pecuniárias superaram a condição individual e frágil do trabalhador e constituíram, porventura, o primeiro passo de limitação da natureza rude do

⁷ Com é conhecido, Henri Ford (1863-1947), empresário pioneiro da indústria automóvel, compreendeu de forma original e inovadora que um modelo intensivo de produção em massa não era possível sem um modelo de consumo equivalente, que só podia basear-se no poder de compra dos salários. Podiam-se produzir muitos *Ford-T* se os operários também os pudessem comprar. Essa foi uma convenção fundamental que evidenciou o nexos salário-consumo.

José Reis

capitalismo. A história do sindicalismo e da organização coletiva operária assim o demonstra, em países com tradições diferentes e significativas. A expansão do Estado providência, os direitos sindicais de negociação, os objetivos do pleno emprego, tudo isto correspondia ao uso da “caixa de ferramentas keynesiana” (Streeck, 2011: 11). Há, pois, todas as razões para dar autonomia à análise deste fenómeno. Mesmo sabendo-se que as periferias e as semiperiferias continuavam a ser muito mais largas do que este centro.

A expressão *economia mista* visa exatamente representar esta forma particular em que um capitalismo de base produtiva e industrial alarga consideravelmente o sistema de emprego, alcança ganhos de produtividade, redistribui-os através dos salários e conjuga-se com um Estado que desenvolve ativamente políticas públicas de educação, formação e ciência, de saúde, de segurança social, de infraestruturação e de administração. Uma soma de poder empresarial e gestão tecnocrática com controlo democrático e iniciativa e provisão públicas. Estávamos perante dinâmicas públicas e privadas, numa relação necessariamente tensa com uma sociedade em que as formas de ação coletiva estavam também em afirmação e desenvolvimento. É, pois, um momento de plena reestruturação da economia na sociedade, na política e na vida cultural.

Este é também o *momento gramsciano* de hegemonia do capitalismo. Aquele em que o consentimento da autoridade por parte de larga parte da população, incluindo a classes trabalhadoras organizadas, se tornou relevante, mesmo nunca se esquecendo onde reside o poder e quem, em última instância, o detém.

Esta forma de capitalismo, uma vez constituída de forma minimamente estável, é, em sim mesmo, um “tipo específico de ordem social”, um “conjunto de instituições sociais interrelacionadas” que correspondeu ao que Wolfgang Streeck chama “capitalismo democrático”. Nela teve lugar “um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, dependentes do lucro e dependentes do salário, estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, [através] de uma constituição económica formal e informal”. Não se discute agora se esta foi a “fórmula da paz” ou apenas o mecanismo “estável” que assegurou “a lealdade das massas de trabalhadores e consumidores em relação ao capitalismo dos pós-guerra”.

Nem se isso resultou da consolidação de um “sistema de gestão tecnocrática da economia”, de um “sistema económico regulado pela política” e pelas “grandes burocracias estatais” em que o planeamento estatal intervém ao lado ou até em vez do mercado, garantindo o crescimento e o pleno emprego (Streeck, 2013: 41, 42, 47).

A hegemonia por parte de uma elite que nunca tinha sido tão sofisticada e complexa estabeleceu-se em múltiplos planos da sociedade, além da economia – numa indústria cultural, no consumismo, nas ideias e, por isso, nas ideologias. Como salienta Max Krahé (2022: 197), no longuíssimo debate sobre as relações entre capitalismo e democracia, que vem desde o início do século XIX e em que se salientam as narrativas da “incompatibilidade” e do “antagonismo”, abre-se, pela primeira vez um espaço sólido para a narrativa da “parceria”. Aceita-se que “o capitalismo e a democracia podem caminhar juntos” e no “centro do novo paradigma estava uma ideia de modernidade como uma totalidade integrada e, evidentemente, própria de uma época”, mais do que “congénita e permanente”.

Assume-se, pois, que se tratou da institucionalização de mecanismos sociais e políticos muito precisos. Avultam aí o papel do Estado na configuração da economia e no seu enquadramento e viabilização e o lugar decisivo do sistema de emprego na dupla relação uso da força de trabalho/redistribuição de riqueza através do salário direto e do indireto. Dessa forma se terá constituído o que parecia mais difícil de alcançar pelos capitalismos iniciais: um quadro institucional de governação e coordenação económica para lá do papel do mercado e assente em processos alargados de inclusão social, através dos “dividendos do progresso”.

O quadro macroeconómico que envolveu este modelo de capitalismo assentava num “crescimento contínuo e estável, em moedas saudáveis, num mínimo de equidade social e na distribuição de alguns dos resultados obtidos com aqueles que, sem disporem de capital, eram pré-requisitos para que uma economia política capitalista que dispusesse da legitimidade de que necessitava (Streeck, 2014: 37). Uma espécie de “endometabolismo” que funcionava.

Compreendeu-se então, como em nenhum outro momento, que as desigualdades contrariam e fazem diminuir o crescimento, a produtividade e

José Reis

a procura. O Estado, ao intervir nos próprios mercados e ao corrigi-los em nome do interesse dos cidadãos e ao constituir-se em agente de provisão em domínios essenciais tornava-se um elemento central deste quadro. Compreendeu-se também, como em nenhum outro momento, que a estabilização e o crescimento da economia podem depender dos recursos, do capital, das tecnologias, do trabalho e das suas qualificações – mas dependem muito, talvez essencialmente, do contexto social e político que se cria, das relações que se estabelecem e dos objetivos que se fixam.

Foi, pois, um momento de “reconciliação” do capitalismo e da democracia, quando a norma tinha sido a conflitualidade. Enfim, uma forma previsível, quase planeada, com capacidade sustentável de reprodução a que se pode associar a ideia de uma “ordem social legitimada”. Streeck não hesita dizer: “o socialismo e o sindicalismo, ao colocarem um travão na mercadorização, salvaram o capitalismo da destruição das suas fundações não-capitalistas – confiança, altruísmo e solidariedade no quadro familiar e comunitário”. O “medo da abolição da propriedade privada por maiorias democráticas” e a expectativa dos trabalhadores de que os capitalistas promovessem o “retorno ao autoritarismo” foram substituídos pelo “alinhamento do capitalismo e de democracia um com o outro” com aceitações mútuas por parte das duas classes. Hoje as dúvidas regressam. (Streeck, 2014: 40, 50).

Foi este quadro que se desfez com a financeirização do capitalismo, designação que significa duas coisas muito precisas: um peso crescente e desproporcionado dos ativos financeiros em relação ao PIB, resultante da deslocação de riqueza para esse nível; um poder enorme dessa esfera que, através do financiamento que pode proporcionar, capta para si capacidade de decisão e riqueza.

E sobre isto que se erguem as “cinco desordens sistémicas” (Streeck, 2014: 55-63) do capitalismo de hoje: estagnação (as tecnologias da informação têm escassos efeitos na produtividade e as oportunidades de lucros especulativos estão fora da “economia real”), redistribuição oligárquica (concentração do rendimento nos mais ricos dos ricos, que agem à escala internacional e se desinteressam dos respetivos países), aniquilamento da esfera pública (com custo de financiamento elevados, redução da despesa pública e privatização), corrupção (a ética weberiana e os comportamentos

morais ultrapassados pela ganância) e anarquia internacional (sem um centro credível e sem uma ordem multipolar no horizonte).

Conclusão

Não faz sentido considerar o capitalismo como um regime estável, assente numa mecânica, simples, “natural” e autoexplicada. Sabe-se bem que o não é. Ele surge historicamente, depende de instituições, foi viabilizado e mantido por elas, remete para uma complexidade onde o económico é largamente ultrapassado pelas ideias, pela hegemonia e pelas relações que convocam muitas outras esferas da sociedade. Mesmo do ponto de vista do que lhe é mais intrínseco, os tempos mais recentes têm mostrado como às ordens “antigas” se sucedem as “desordens” contemporâneas. O quadro de concertação a que anteriormente se aludiu vê-se hoje radicalmente alterado pela fragmentação das relações sociais, em especial as que têm a ver com o trabalho. A autonomia estratégica do Estado foi, por seu lado, desfeita pelos processos que entregaram poderes de soberania (moeda, financiamento e capacidade de regulação da concorrência por meios próprios, provisão pública) a outras esferas e fizeram dele um agente como os demais, perdido no emaranhado da financeirização das sociedades. O capitalismo industrial e a esfera produtiva perderam o seu significado e tornou-se dependente de poderes assentes no juro e na renda, isto é, de um capitalismo *rentista* em expansão.

Os limites à mercadorização de tudo o que constitui o domínio das relações coletivas tende a deixar o capitalismo “sozinho”, sem os sistemas sociais em que sempre se apoiou (a família e o trabalho doméstico, as formas de produção não capitalistas, como o trabalho autónomo, enfim, um Estado ativo e autónomo). O nexa salário-consumo, que fez a originalidade do pós-guerra nos países desenvolvidos, foi substituído pelo nexa crédito-consumo. O Estado tem as suas políticas macroeconómicas permanentemente limitadas pela dívida e só em áreas restritas, que não as da moeda ou as da gestão da concorrência, se pode ainda considerar que é “soberano”. As forças centrífugas predominam largamente sobre as centrípetas. A concorrência individualista e o recurso ao mercado, para os quais se é empurrado em matéria de saúde, educação, segurança social, mobilidade, lazer e, princi-

José Reis

palmente, de relacionamento laboral suscitam as maiores interrogações acerca da lógica supra-individual de organização da sociedade.

Que condições há hoje para recolocarmos as nossas vidas sobre trajetórias em que se combinem diversos modos de coordenação social, política e económica: Estado, mercado, comunidade, associações e redes? Independentemente das grandes alternativas, o estudo do capitalismo não suas diferentes formas de estruturação, dos domínios nos quais se articulam o espaço individual e coletivas, onde se tecem relações é hoje, como sempre foi, uma tarefa essencial. Trata-se, afinal, de estudar a vida material (o verdadeiro objeto da Economia, se a entendermos como uma disciplina substantiva), a formação de instituições e os contextos institucionais (como o faz a visão institucionalista da economia) e as relações de poder (como faz a economia política).

Referência bibliográficas

- Aglietta, M. (dir.) (2019), *Capitalisme: Le Temps des Ruptures*. Odile Jacob.
- Boldizzoni, F. (2020), *Foretelling the End of Capitalism: Intellectual Misadventures since Karl Marx*. Harvard University Press.
- Boyer, R. (2020). *Les capitalismes à l'épreuve de la pandémie*. La Découverte.
- Block, F. (2018) *Capitalism: the future of an illusion*. University of California Press.
- Coase, R. (1992), "The institutional structure of production", *American Economic Review*, 82, 4, 713-719.
- Commons, J. (1931), "Institutional Economics", *American Economic Review*, 21, 648-657.
- Crotty, J. (2019), *Keynes Against Capitalism: His Economic Case for Liberal Socialism*, Routledge.
- Hirsch, F. (1976), *Social Limits to Growth*. Harvard University Press.
- Hirschman, A. (1982), "Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?", *Journal of Economic Literature*, XX, 1463-1484.
- Hirschman, A. (1984), "Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating some Categories of Economic Discourse", *Economics and Philosophy*, 1, 7-21.

- Hirschman, A. (1995), *A Propensity to Self-subversion*. Harvard University Press.
- Hodgson, G. (2015), *Conceptualizing Capitalism: Institutions, Evolution, Future*. University of Chicago Press.
- Jessop, B. (2021), “Internal relations in global capitalismo”, *International Relations*, 35(1), 153-157.
- Keynes, J. [1936] (2010), *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Relógio de Água.
- Krahé, M. (2022). “Changing Accounts of the Relationship between Capitalism and Democracy: From Incompatibility to Partnership, and Back?”, *History of Political Thought*, XLIII, 1, 161-198.
- Maris, B. (2019), *O Futuro do Capitalismo*. Actual.
- Milanovic, B. (2022), *Capitalismo, Apenas*. Actual.
- North, D. (1991). “Institutions”, *Journal of Economic Perspectives*, 5, 1, 97–112.
- North, D. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.
- Ostrom, E. (1990), *Governing the Commons – The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press
- Piketty, T. (2020), *Capital e Ideologia*. Temas e Debates.
- Pistor, K. (2019), *The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality*. Princeton University Press.
- Polanyi, K. [1944] (2012), *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Edições 70.
- Reis, J. (2009), *Ensaio de Economia Impura*. Almedina (2ª edição).
- Reis, J. (2014), “A ordem relacional do capitalismo”, *Boletim de Ciências Económicas*, 57, 3, 2991-3022.
- Reis, J. (2022), “Por que é que o capitalismo tem sido tão longo e persistente?”, *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*.
- Rodrigues, J. (2022), *O Neoliberalismo Não é Um Slogan*. Tinta da China.
- Schumpeter, J. [1943] (1987). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Contrapoint.
- Streeck, W. (2011). “The Crisis of Democratic Capitalism”. *New Left Review*, 71, 5-29.

José Reis

- Streeck, W. (2013). *Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. Actual
- Streeck, W. (2014). “How Will Capitalism End?”. *New Left Review*, 87, 35-64.
- Streeck, W. (2020), *Critical Encounters: Capitalism, Democracy, Ideas*. Verso
- Veblen, T. (1898), “Why is economics not an evolutionary science?”, *Quarterly Journal of Economics*, 12, 4, 373-397.
- Williamson, O. (1985), *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. The Free Press.
- Wolf, M. (2023), *A Crise do Capitalismo Democrático*. Gradiva.